



RELATÓRIO DE VIAGEM

Vereadora Marta Zanella (Comissão de Direitos Humanos)
Vereadora Maria de Lourdes Castro

<u>Origem:</u> Santa Maria - RS	<u>Destino:</u> Porto Alegre - RS
<u>Saída:</u> 15 de agosto de 2013	<u>Horário:</u> 02h
<u>Origem:</u> Porto Alegre – RS	<u>Destino:</u> Brasília - RS
<u>Saída:</u> 15 de agosto de 2013	<u>Horário:</u> 05h50

<u>Origem:</u> Brasília - DF	<u>Destino:</u> Porto Alegre - RS
<u>Saída:</u> 15 de agosto de 2013	<u>Horário:</u> 20h
<u>Origem:</u> Porto Alegre – RS	<u>Destino:</u> Santa Maria - RS
<u>Saída:</u> 15 de agosto de 2013	<u>Horário:</u> 22h45

Transporte de SM-POA-SM: Veículo oficial

ATIVIDADES REALIZADAS EM BRASÍLIA:

- 14 de agosto, às 14h. – Reunião SNAS: Setor de Administração Federal Sul
- 14 de agosto, às 15h. – Reunião CREAS
- 14 de agosto, às 16h. – Reunião CRAS
- 15 de agosto, às 8h. – Audiência Pública sobre a situação das APAEs
- 15 de agosto, às 14h. – Reunião Ministério do Turismo

A Comissão Permanente de Direitos Humanos, em reunião, aprovou viagem da vereadora Marta Zanella a Brasília para cumprir agenda de compromissos, bem como participar de uma audiência pública sobre a situação das APAEs, acompanhada da vereadora Maria de Lourdes Castro. Na Capital Federal, as vereadoras cumpriram agenda no Fundo Nacional de Assistência Social com a Diretora das Prestações de Contas, Sra. Vitória. Lá, trataram sobre a prestação de contas do Fundo Nacional, recebimento de um caderno de gestão orçamentária e financeira do SUAS, na versão preliminar, para que em Santa Maria, pudessem passar estas informações à secretária de Assistência Social Sra. Margarida Mayer. Neste compromisso, além de analisar a situação das prestações de conta até 2012, também tiveram acesso a um material atualizado dos serviços que o município possui e que são financiados.

Num segundo momento, estiveram em reunião na sede da Proteção Social Especial com a Diretora Selma e com a Sra. Izildinha. Neste, obtiveram acesso à análise da situação dos CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Santa Maria. A visita teve como objetivo verificar se o município está cadastrado e apto a receber o repasse de recursos federais. Segundo as responsáveis em Brasília, o município deve encaminhar para a Diretoria um documento comunicando que Santa Maria já possui um segundo CREAS, mesmo tendo preenchido o censo e o relatório de 2012, para então receber o recurso para sua manutenção. Há também recursos para abordagem social, para o

centro de atendimento a população de rua e da disponibilização de 25 vagas para acolhimento desta população em situação de rua. As vereadoras tiveram ainda acesso a análise do relatório de informação da Proteção Social Especial – Regime de Competência, os serviços e os recursos que Santa Maria recebe. Ainda na tarde de quarta-feira, as vereadoras estiveram reunidas com a Sra. Aline, responsável pela cidade de Santa Maria em relação ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Na manhã do dia 15 de agosto, as vereadoras participaram da Audiência Pública para tratar da questão das APAEs. A Audiência Pública promovida pelo Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, juntamente com a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita, teve como proposta a discussão sobre a Violação dos Direitos das APAEs, onde receberam a Presidente da FENAPAEs, Aracy Lêdo, juntamente com a Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica também da FENAPAEs, Fabiana Maria das Graças Oliveira, e a representante do Ministério da Educação, senhora Martinha Clarete, para discutir o risco de enfraquecimento da atuação das entidades que oferecem educação especial às pessoas com deficiência. A audiência contou com a presença das APAEs que permaneceram em Brasília, Presidentes de FEAPAEs, Vereadores, Deputado do Rio Grande do Sul e representantes de entidades para pessoas com Deficiência, como, por exemplo, o senhor Moisés Bauer, da Organização Nacional dos Cegos do Brasil–ONCB, que com sua fala levantou apoio dos participantes no plenário da audiência.

O enfraquecimento da atuação das APAEs pode acontecer a partir da aprovação do Novo Plano Nacional de Educação em trâmite no Senado. O tema está relacionado ao relatório do Senador José Pimentel ao PNE aprovado na Comissão de assuntos econômicos. Segundo o texto, o atendimento escolar, às pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotado deve ser universalizado na rede regular de ensino. Isso retiraria de entidades como APAEs, Pestalozzis a oportunidade de oferecer atendimento especial substitutivo à educação escolar na rede regular, como é feito hoje em dia. Certamente que esta medida restringirá o repasse de recursos a estas entidades a partir de 2016.

As representantes da FENAPAEs puderam contrapor, de forma plausível, as estatísticas de inclusão apresentadas pelo MEC, onde a representante e Coordenadora Fabiana Maria das Graças Oliveira rebateu, de forma técnica, os argumentos sobre esta inclusão proposta pelo MEC, e contou o apoio dos relatos dos vários participantes que possuem em suas famílias pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela intelectual ou múltipla.

Com este apoio, a Presidente Aracy reforçou a importância da inclusão no texto da Meta 4 da palavra “PREFERENCIAL”, pois as famílias necessitam desta preferência e têm o direito de escolherem onde melhor adequar a educação dos seus filhos com deficiência.

Deste modo, as vereadoras presentes na audiência apontam ser importante a participação do Legislativo de Santa Maria tendo em vistas que o município tem a APAE e a Escola Antonio Francisco Lisboa, a Associação Colibri, a escola Reinaldo Cozer (para surdos), que oferecem atendimentos especializados e educação às pessoas com deficiência da cidade.

Em respeito às pessoas com deficiência é necessário que haja uma mobilização intensa garantindo a liberdade de escolha destas pessoas – que elas possam decidir se querem escola especial ou ensino regular. Sem dúvida nenhuma, a inclusão não deve ser radical, sob pena de promover uma exclusão cruel no processo de educação inclusiva.

Ao final da audiência pública, ficou agendado, para as próximas semanas, uma audiência com o Ministro de Educação, senhor Aloizio Mercadante, para que ele possa receber e ouvir as reivindicações para a manutenção do texto da Meta 4 e suas estratégias proposta pelo Fórum Nacional de Entidades de

e para Pessoas com Deficiência. Para esta audiência, criou-se uma comissão, que é formada pela presidente da FENAPAEs – Aracy Lêdo, Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da FENAPAEs, Fabiana Maria das Graças Oliveira, Deputado Federal e Presidente de FEAPAEs – MG, Dr. Eduardo Barbosa, Procuradora da FENAPAEs, Dr^a. Rosangela Maria Wolff de Quadros Moro e o representante da ONCB – Moises Bauer.

Audiência Pública sobre a Violação dos Direitos das APAEs na Comissão de Direitos Humanos de Brasília.

- Efetivar o repasse de recursos de forma direta para as APAES. Não basta estar apenas orçado na LDO, PPA e LOA.
- Revisão da lei, possibilitando a manutenção destas instituições.
- Desde 1991, as entidades não recebem a totalidade de verbas, que teriam direito, por parte dos órgãos governamentais; Há também necessidade de que fosse repassado os valores do FUNDEB, que as APAES tem direito, na sua totalidade; Repasse obrigatório de 25% para Educação, e parte dela para as APAES.
- Viver sem limite: Programa Federal de Financiamento. Portaria Interministerial Nº 362/12, precisa ser direcionado, também, para que as APAES possam renovar os veículos que transportam seus pacientes.
- Mudança quanto à proposta do Governo Federal, remetida ao Congresso Nacional, para que o financiamento à educação especial (APAES) seja congelado e extinto a partir do ano de 2018.
- Garantir os repasses através do Fundo Estadual das pessoas com deficiência.
- Encontrar junto à Previdência Social, formas de equacionamento das dívidas das Associações de Pais e Mestres dos Excepcionais, verificando a possibilidade de serem isentadas do pagamento do INSS.
- Indicação de que os recursos do BPC, Benefício Público Continuado, fossem aumentados, alterando o valor que hoje é somente de um salário mínimo para esses portadores, onde na maioria das vezes não cobre nem o gasto com medicamentos.

Na tarde do dia 15 de agosto, as vereadoras fizeram uma visita aos Deputados Federais - Gabinete do Deputado Perondi e do Deputado Osmar Terra. Foi pedido para que os Deputados Federais coloquem na pauta prioridades como as normas para estabelecimentos de diversão, e que o relatório que foi elaborado pela Comissão Especial das Leis de Prevenção de Incêndio, o qual tem como presidente o Vereador Sergio Cecchin, seja levado em consideração.

As vereadoras cumpriram com o propósito da viagem que muito valerá para obtenção de subsídios para as discussões em andamento tanto na Comissão de Direitos Humanos do Legislativo de Santa Maria, como para toda a demanda social da cidade.

*Em anexo comprovantes de alimentação e hospedagem.

Vereadora Marta Zanella
Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
Bancada PMDB

Vereadora Maria de Lourdes Castro
Bancada PMDB